

1. A crise migratória teve seu auge, na mídia, durante o período compreendido entre 2014-2016. Foram discutidas e adotadas medidas efetivas que remediassem o problema e que causassem a diminuição do mesmo?

Ao verificarmos os dados da Agência das Nações Unidas que trata da questão dos refugiados, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), constatamos que a crise migratória não foi apenas um acontecimento na mídia, mas, de fato, uma crise global, com cerca de 65 milhões de pessoas em situação de refúgio em 2016 e cerca 40 milhões de deslocados internos. Esta crise está diretamente relacionada aos graves problemas enfrentados pela ONU e pelo seu sistema de resolução de conflitos que remonta ao final da Segunda Guerra Mundial, sendo sintetizado na atual forma e composição do Conselho de Segurança.

Deste modo, a resposta para a sua questão - se foram adotadas medidas que remediassem a atual crise de refugiados - deve ser dividida em duas. Uma primeira resposta deve mirar no próprio arranjo do sistema multilateral de segurança internacional, que se encontra frequentemente paralisado devido ao atual sistema de veto permitido aos membros permanentes do Conselho de Segurança. Não por acaso, as potências com poder de veto no Conselho de Segurança, muitas vezes, atuaram, atuam ou protegem agressores do direito internacional, à medida que intervêm militarmente em terceiros países sem anuência do direito internacional e sem mandato da própria ONU. Exemplos de agressões ao direito internacional protagonizadas nos últimos anos e diretamente relacionadas à atual crise de refugiados são as invasões e destruição dos estados do Afeganistão, Iraque e Líbia. Por exemplo, a assim chamada “Guerra ao Terror” que se seguiu aos atentados de 11 de setembro teve como consequência o ataque ao distante Afeganistão, um dos três países com maior número de refugiados na atual crise dos refugiados, conforme dados do ACNUR, com cerca de 2,5 milhões de pessoas. O Iraque, outra vítima do arranjo internacional de poder e da “Guerra ao Terror”, conta com 260 mil refugiados e 3,6 milhões de deslocados internos. Contudo, outras ações e intervenções menos famosas na mídia, como a realizada pela França no Chade, na Síria pela “coalizão internacional” liderada pelos EUA, no Iêmen, pela Arábia Saudita etc., são as verdadeiras causas da atual escalada de deslocados forçados e refugiados do que se convencionou chamar de “crise migratória”. Ao contrário do que defendem alguns analistas da cena internacional, considero que não existe uma “crise generalizada”, mas sim, diversas crises pontuais aquecidas por interesses geopolíticos e comerciais ao arrepio do direito internacional que poderiam ser evitadas num arranjo de segurança internacional menos assimétrico.

Uma segunda resposta deve observar os esforços sinceros de ajuda internacional, realizadas por órgãos como o próprio ACNUR, Cruz Vermelha, Crescente Vermelho, Médicos Sem Fronteiras e outras organizações e voluntários que auxiliam na diminuição dos efeitos deletérios das migrações forçadas, como assistência médica, criação de campos de refugiados, ensino de uma língua estrangeira, entre outras ações mitigatórias e emergenciais. Uma parte desses interesses infelizmente é capturada por questões de financiamento, pois os mesmos países que citamos a pouco como vendedores de armas e promotores de acirramentos geopolíticos também são os grandes financiadores da ajuda humanitária internacional. O país com a maior quantidade de bases militares no exterior é,

contraditoriamente, o maior financiador da ajuda internacional. Nesta questão, precisamos compreender que o interesse dos Estados, ou de partes dos Estados - como das agências de inteligência, da indústria de armas e dos serviços paramilitares - e o interesse dos cidadãos de um país nem sempre coincidem e, muitas vezes, são, inclusive, divergentes. Contudo, é preciso apontar que o uso das informações oriundas das agências oficiais não estão imunes a questões políticas maiores e são suscetíveis de maiores ou menores diferenças de “interpretação” que muito contribuem para a desinformação do grande público.

2. Por que a Crise Migratória em si foi tão visada durante esse período, mas as soluções em debate na Europa não foram divulgadas ou comentadas pela grande mídia?

Porque as soluções encontradas pela União Européia, como o acordo com a Turquia de 18 de março de 2016, ferem frontalmente o direito internacional, estabelecido pela Convenção de Genebra de 1951, do qual os países europeus são signatários. Em particular, neste acordo da UE com a Turquia é ferido o direito de *non refoulement*, isto é, o direito de não retorno de pessoas em busca de refúgio, um dos princípios mais fundamentais de toda a legislação internacional acerca do direito de refúgio. O acordo prevê que, para cada pessoa que chegar à Europa “ilegalmente” pelas ilhas gregas, uma será devolvida para a Turquia, mediante compensação financeira a este país pelos cofres da UE. Além de ferir o direito de não-retorno, este acordo ainda promove uma punição coletiva a pessoas em situação de insegurança e desespero. Desse modo, a Turquia hoje é o país com maior número de refugiados no mundo, cerca de 2,9 milhões de pessoas vivendo em condições precárias e tendo seu direito a asilo negado. Medidas parecidas - eventualmente mais duras, como a autorização para afundar navios com refugiados, ou, no caso da Líbia, para retornar os navios que cruzam o mar Mediterrâneo para portos líbios, também ferem o direito de não-retorno previsto na já referida Convenção de Genebra e em outros acordos internacionais, como o acordo de Schengen (1985) e a Convenção de Dublin (1990). Cercas e arames farpados, cães e guardas armados, por sua vez, são vistos nas rotas terrestres dos refugiados nos países dos Balcãs. Nesses países de passagem e não de destino, os refugiados são vistos como ameaças econômicas, além do racismo e xenofobia manifestas em países como a Grécia, Sérvia, Croácia, Bulgária e Eslovênia.

Para além da resposta direta a sua questão, gostaria de acrescentar que a crise migratória atualmente enfrentada não é mais aguda, nem mais crítica na Europa do que em outros países e regiões do mundo. Uma rápida olhada nos números do próprio ACNUR permite afirmar o grande exagero e a reação desmedida dos países europeus, uma vez que, por exemplo, a *Selva de Callais*, mundialmente famosa por ser um dos maiores campos de refugiados da França, possuía, até sua destruição, um número infinitamente menor (cerca de 8 mil pessoas) do que os campos de refugiados na Líbia, Turquia, Líbano ou Quênia. Por exemplo, o campo de Dadaab no Quênia abriga cerca de 328 mil refugiados. Um país pequeno como o Líbano possui um número proporcionalmente muito maior de refugiados do que qualquer país europeu - um em cada 6 libaneses é refugiado - e muito pouco se fala disso na grande imprensa. Uma das pistas para entender as razões desta discrepância é a propriedade da mídia, majoritariamente européia e eurocêntrica, e as

assimetrias de poder, que tornam algumas pessoas ou países mais importantes do que outros na cena mundial.

Desse modo, devemos colocar a posição Europeia em perspectiva e analisar criticamente a crise de refugiados que aflige o continente e seus compromissos assumidos - senão eticamente - por força dos tratados internacionais. Ademais, é importante enfatizar que os principais países europeus estão profundamente envolvidos como corresponsáveis pelos fluxos de refugiados que chegam às suas fronteiras devido ao ataque e destruição protagonizados pelos seus governos e pela OTAN de países como a Líbia, a Síria e o Afeganistão. Um passo importante para a redução dos fluxos de refugiados seria os países europeus pararem de vender armas e dar assistência militar para países como a Arábia Saudita e Israel - somente para citar dois dos principais países violadores do direito internacional dos direitos humanos. No caso do primeiro, trata-se de um dos casos mais escandalosos da venda de armas - uma vez que este país sabidamente realiza uma guerra de invasão e agressão contra o vizinho Iêmen, além de incentivar redes internacionais de terrorismo, como a Al-Qaeda. No caso do segundo, trata-se o sistemático desrespeito às resoluções da ONU, desde 1948, e da opressão, sem precedentes na história moderna, do povo palestino, responsável por uma das maiores proporções de refugiados entre os habitantes de um único país, cerca de 46% da população palestina é composta por refugiados.

3. Seria a posição adotada pela Alemanha um exemplo a ser seguido por razões humanitárias e de responsabilidade histórica ou uma atitude ingênua, apesar da boa fé, que irá repercutir na economia e na estabilidade do país?

A Alemanha é um país grande e complexo, com uma população superior a 80 milhões de pessoas, de modo que seria interessante analisar as grandes forças sociais envolvidas no país na questão de acolhimento aos refugiados e em suas possíveis consequências. A Alemanha sente uma forte pressão demográfica devido ao envelhecimento relativo da população, tendo sido verificados mesmo índices negativos de crescimento populacional. A questão demográfica repercute em diversos aspectos da vida social do país, como uma boa recepção de refugiados e imigrantes no mercado de trabalho, população altamente educada, existência de capacidade ociosa no sistema educacional etc. Deste modo, existem pré-condições muito específicas na Alemanha que permitem uma boa acolhida, especialmente no caso dos sírios, relativamente bem instruídos e capazes de realizar trabalho industrial. A partir do que comentei, não vejo a acolhida dos refugiados na Alemanha apenas como um ato de boa-fé. Com certeza a recepção e acolhida realizada por livre iniciativa de diversos cidadãos deve ser saudada e louvada. Mas não dá para negar a conjuntura e as circunstâncias favoráveis a esta acolhida, em especial no mercado de trabalho. Deste modo, a inclusão dos novos trabalhadores que entram mediante acolhida de refúgio irá repercutir positivamente tanto no curto quanto no longo prazo na economia alemã - à medida que mais e mais refugiados entrem no mercado de consumo e de trabalho. É desconcertante, contudo, verificar que uma parte dos empregos industriais dos quais se ocuparão os refugiados sírios vá para a indústria de armas existente na Alemanha. E no instante que escrevo essas linhas (janeiro de 2018) o norte da Síria está sendo invadido por tropas do Exército Turco e do Exército Livre da Síria (numa nova agressão ao direito internacional), apoiados por tanques Leopard, de fabricação alemã. Do ponto de vista

político, a questão também é complexa e menos favorável a uma visão, digamos assim, cosmopolita, dos refugiados. A extrema direita e o discurso xenofóbico está crescendo no mundo todo e a Alemanha - com seu histórico de extrema direita - não está livre deste problema nos dias atuais. Deste modo, a acomodação política pode ser mais delicada, e, provavelmente haverá sobressaltos, mas a tendência de longo prazo é a incorporação dos refugiados à sociedade alemã.

4. A Europa se encaminha para a adoção de uma postura comum para a resolução do problema através da reformulação do Sistema Europeu Comum de Asilo ou tais esforços nunca irão concretizar nenhuma medida de ação efetiva e coletiva?

Na minha opinião, falar em Europa e em uma posição comum é muito arriscado e não nos permite entender as questões em jogo. A UE se caracteriza por diversas e profundas assimetrias de poder. Dentro da UE existem países líderes - econômica e politicamente mais fortes - como a França, Itália e a Alemanha, que têm condições de influenciar os marcos normativos da UE. Esses países possuem posições antagônicas sobre o assunto dos refugiados, de modo que, enquanto a Alemanha adota uma postura mais favorável ao acolhimento e refúgio, Itália e França adotam políticas muito mais duras e sectárias, inclusive ameaçando afundar, negando socorro e retornando - contra o direito internacional - navios cheios de refugiados no Mediterrâneo. Para além deste núcleo duro da UE existem os países do leste europeu, contrários à migração em suas fronteiras, e os países do norte, favoráveis, em diferentes medidas e sob diferentes condições. Evidente que todas essas posições possuem *nuances* internos diferentes, a depender da força interna dos partidos de direita e extrema-direita, além de outras questões importantes como a estrutura etária do mercado de trabalho e as diferentes fases do processo de desenvolvimento econômico em que se encontram. Desse modo, ao analisarmos os países que compõem a UE de maneira individual, perceberemos as diferenças em seus posicionamentos, que nos fazem depreender a enorme dificuldade que os países europeus possuem para chegar a consensos. De qualquer maneira, o que podemos perceber *de fato* é um fechamento das fronteiras dos países e o fechamento das fronteiras da própria UE. Desse modo, infelizmente, esta parece ser a ação coletiva - à despeito de todo o discurso em contrário - que tem unido os diferentes governos europeus.

5. As propostas discutidas pelos Chefes de Estado da União Europeia, caso se concretizem, serão o suficiente para resolver a questão da crise migratória?

As perguntas prévias talvez sejam estas: resolver a questão da crise migratória *para quem e em nome do quê?* Num certo sentido, as migrações fazem parte da história humana e os próprios povos que hoje habitam a Europa viviam em outras partes do globo séculos atrás. É natural que as pessoas de todos os povos procurem lugares melhores para si e para o seus familiares e esta busca significa, muitas vezes, escapar de violência generalizada, prisões arbitrárias e conflitos financiados e armados por potências estrangeiras. Isto aconteceu com a Europa durante os séculos XVIII e XIX, período no qual o continente exportou gente para o mundo inteiro. Como o direito de ter uma vida digna é um direito humano inalienável, enquanto houver guerras e catástrofes naturais, o homem

continuará migrando em busca de uma vida melhor. Esta procura é digna e justa e deve ser respeitada dentro dos marcos dos direitos humanos. Por isto não é aceitável negar refúgio e impedir o exercício de direito de não-retorno, atualmente violado pela UE. Dito isto, é preciso perceber e atuar nas causas dos conflitos, que significa aumentar e fortalecer as instâncias de mediação e adotar políticas multilaterais que impeçam a escalada de conflitos armados. Como já comentei, a redução dos fluxos de refugiados (e também dos deslocados internos, pois as causas são basicamente as mesmas) passa por um maior respeito ao direito internacional pelas grandes potências, que provocam agressões (muitas vezes camufladas em nome de “ataques preventivos”, “guerra ao terror” ou outros eufemismos do gênero) e intervenções estrangeiras sem mandato internacional em terceiros países. Infelizmente os principais países da União Europeia tem protagonizado um novo imperialismo e contribuindo para agravar a instabilidade internacional e, assim, para a consequente crise de refugiados que estamos assistindo hoje. Convém observar que parte dos refugiados que buscam a Europa como destino o fazem devido aos compromissos assumidos pelos países europeus em questões internas dos seus países que resultaram em conflitos violentos e na consequente situação de refugiados. A continuar a cena internacional apresentar tal lamentável espetáculo, os fluxos de refugiados continuarão à procura de melhores condições de vida. Desse modo, entre as ações urgentes que devem ser tomadas para a diminuição dos fluxos de refugiados encontramos o fortalecimento dos fóruns de mediação multilaterais e a restrição à produção e à exportação de armas, pois a posse de armas modernas é o principal meio pelo qual pequenos grupos extremistas ou sectários conseguem esvaziar regiões inteiras e provocar intensos e dramáticos deslocamentos populacionais. Assim, as medidas retóricas e as ações de fechamento das fronteiras adotadas pela UE não tem auxiliado a reduzir os principais motores das migrações forçadas internacionais, de modo que não devemos esperar uma redução do problema nos próximos anos, a despeito do gradativo aumento do silêncio da grande mídia, já que os refugiados têm permanecido - cada vez mais - longe das fronteiras europeias.